

Géneros de texto nos programas curriculares atuais: ponto da situação

Noémia Jorge

Ao contrário do que acontece com outros tipos de investigação, os estudos centrados na descrição e análise de géneros textuais ainda não são cabalmente reconhecidos institucional e academicamente, facto que se reflete no discurso oficial. Porque considero que o reconhecimento de uma eventual área centrada na análise das práticas escolares e académicas passará, necessariamente, pelo seu reconhecimento no seio da instituição escolar, o meu contributo assume a forma de uma breve reflexão sobre o modo como os géneros textuais têm sido abordados nos programas curriculares dos últimos anos (homologados entre 2001 e 2015).

Nos últimos anos, em termos curriculares, a noção de *género de texto* tem vindo a adquirir uma importância progressiva. De facto, se no *Programa de Português do Ensino Secundário* (Seixas et al., 2000/2001) as noções de *género* e *tipo de texto* tendiam a ser apresentadas de forma indiferenciada (“tipos / géneros de textos”) e, no *Programa de Português do Ensino Básico* (Reis, Coord., 2009), o *género* estava associado predominantemente aos textos literários (“géneros e subgéneros literários”). Nos documentos prescritivos que, seguidamente, passaram a nortear o ensino do Português, verificou-se uma mudança.

Assim, no *Programa e Metas Curriculares de Português do Ensino Básico* – PMCPES (Buescu et al., 2015), também a escrita e a oralidade passaram a reger-se pelo *género* (ainda que de forma cautelosa, já que a noção de *género* surgia a par da de outras *categorias*). Para além disso, deu-se destaque, pela primeira vez, aos *géneros escolares*. Por outro lado, no *Programa e Metas de Português do Ensino Secundário*

– PMCPES (Buescu *et al.*, 2014) – a noção de *género* passou a ser encarada como central. Foi neste documento curricular que se assumiu que “a noção de género não é exclusiva do discurso literário, na medida em que todo o texto consubstancia um género que adota e recria” (Buescu *et al.*, 2014, p. 8). Também foi neste documento que, pela primeira vez, se elencaram “marcas específicas” dos géneros.

Apenas com intuito exemplificativo, apresentam-se no Quadro 1 os géneros e as respetivas marcas específicas abordados no 10.º ano de escolaridade, no domínio da compreensão do oral.

Género	Marcas específicas
Reportagem	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Variedade de temas ▪ Multiplicidade de intervenientes, meios e pontos de vista (alternância da 1.ª e da 3.ª pessoa) ▪ Informação seletiva ▪ Relação entre o todo e as partes
Documentário	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Variedade de temas ▪ Proximidade com o real ▪ Informação seletiva e representativa (cobertura de um tema ou acontecimento, ilustração de uma perspetiva sobre determinado assunto) ▪ Diversidade de registos (marcas de subjetividade)
Anúncio publicitário	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Carácter apelativo (tempos e modos verbais, entoação, neologismos) ▪ Multimodalidade (conjugação de diferentes linguagens e recursos expressivos, verbais e não verbais) ▪ Eficácia comunicativa ▪ Poder sugestivo

Quadro 1 – Géneros textuais e marcas de género abordados no domínio da compreensão do oral no 10.º ano de escolaridade (PMCPES, Buescu *et al.*, 2014)

Ao longo destes últimos anos, o trabalho direto com as “marcas específicas” dos géneros reportagem, documentário e anúncio publicitário – nomeadamente a necessidade de operacionalização das mesmas em trabalhos de carácter didático – tem-me suscitado dois tipos de questões.

A primeira tem que ver com o conceito de *marca (específica) de género*: até que ponto formulações (tão vagas) como “Variedade de temas”, “Proximidade com o real”, “Eficácia comunicativa” ou “Poder sugestivo” corresponderão a *marcas* de género? Não deverão as marcas ser entendidas como específicas, concretas, materializáveis linguisticamente?

A segunda questão decorre da primeira: até que ponto as marcas de género refletem resultados de investigações académico-científicas centradas em análises de exemplares dos géneros em causa, que permitam fazer generalizações? Será que os “neologismos” são suficientemente recorrentes nos anúncios publicitários orais (já que é do domínio da compreensão do oral que estamos a falar) para poderem ser encarados como uma *marca específica* do género *anúncio publicitário*? Que estudos académico-científicos (da área da Linguística Textual, Análise do Discurso, do Jornalismo, da Publicidade, por exemplo) fundamentam teoricamente a elencagem prescrita? Na Bibliografia final do PMCPES, não se apresentam referências teóricas que incidam na apresentação de “marcas específicas” dos géneros textuais em causa, o que me leva a pensar que as marcas específicas foram definidas a partir de experiências textuais e genológicas individuais (e não em estudos sistemáticos sobre os géneros em causa).

À questão acabada de referir acresce uma outra, relacionada com a flutuação e ambiguidade conceptual / terminológica. Se, em relação a outras áreas da Linguística, a publicação do *Dicionário Terminológico* veio resolver (ou, pelo menos, atenuar) a flutuação e ambiguidade de termos e noções, os conceitos associados à identificação e descrição genológica não se encontram ainda cabalmente estabilizados. A título de exemplo, veja-se o caso do género *artigo / texto de opinião* (Quadro 2).

	<i>Texto de opinião</i>	<i>Artigo de opinião</i>
Domínio	Expressão oral Escrita	Leitura
Marcas específicas de género	- Explicitação de um ponto de vista - Clareza e pertinência da perspectiva adotada, dos argumentos desenvolvidos e dos respetivos exemplos - Discurso valorativo (juízo de valor explícito ou implícito)	

Quadro 2 – Género(s) *artigo / texto de opinião* (PMCPES, Buescu *et al.*, 2014)

No PMCPES, o género textual *artigo / texto de opinião* parece ser designado de forma arbitrária, sem base teórica (evidente), sem relação direta com as práticas sociais de referência e sem se explicitarem os critérios subjacentes à designação. Não se percebe se o *texto de opinião* e o *artigo de opinião* são encarados nos documentos curriculares como dois géneros diferentes ou um só e mesmo género, na medida em que a designação é diferente, mas as marcas de género são idênticas.

Para além disso, por que razão a etiqueta do género é alterada quando se passa dos domínios da expressão oral e escrita para o domínio da leitura? Porque se passou de um *género escolar* (isto é, de um género elaborado e sustentado pela própria instituição escolar) para um género existente nas práticas sociais de referência? Se assim é, por que motivo não encontramos na imprensa portuguesa a etiqueta “artigo de opinião” a encabeçar os artigos escritos pelos colunistas?

Atrevo-me a avançar com uma possibilidade de resposta: porque, nas práticas jornalistas, a *opinião* não corresponde a um (só) género. Como se refere no *Livro de Estilo do Público*, a propósito dos “espaços da opinião”: “A opinião em sintonia com a actualidade diária divide-se em três géneros: o editorial, assinado por um elemento da Direcção editorial; o comentário, assinado por um director, editor ou jornalista; e a opinião, assinada por um convidado” (*Público*, em linha). Esta ambiguidade terminológica leva a que, nos manuais escolares e em outros materiais didáticos produzidos à luz do PMCPES, o género *artigo de*

opinião seja ilustrado, por exemplo, com recurso a textos empíricos etiquetados nas práticas sociais em que ocorrem como *crónicas* (com destaque para as de Ricardo Araújo Pereira e de Manuel Halpern). Não se estará a subverter a noção de género advogada pelo próprio PMCPES?

As várias questões levantadas ao longo desta reflexão não têm como objetivo desvalorizar os documentos curriculares vigentes. De facto, há que enaltecer o investimento que tem sido feito em torno da valorização da noção de *género* – associado a todos os textos, literários e não literários – sobretudo pelas óbvias vantagens pedagógicas e didáticas que daí advêm.

Com as questões levantadas pretendo contribuir para a reflexão sobre a “investigação sobre o discurso académico em língua portuguesa”, assumindo como ângulo de entrada a noção de *género textual*. Tais questões pretendem evidenciar a ambiguidade conceptual, a flutuação terminológica e a falta de rigor existente na elencagem das “marcas específicas de género”, que, por sua vez, poderão ter origem em duas situações distintas: a diversidade de quadros teóricos (que inevitavelmente se repercute na proliferação e sobreposição de termos e conceitos) e a escassez de investigações sistemáticas centradas na análise de géneros textuais, que integrem e complementem análises qualitativas e quantitativas.

O desafio, neste momento, parece-me ser duplo: por um lado, é necessário redobrar o investimento em investigações que visem a descrição textual e genológica, metodologicamente controladas, por forma a dar visibilidade, notoriedade e credibilidade à área; por outro lado, é imprescindível encetar um diálogo entre os vários quadros teóricos e as diversas áreas que têm como objeto de análise as *práticas sociais escolares e académicas* – na continuidade do que se fez neste *Encontro Nacional sobre o Discurso Académico*.
